

ATA DA 26ª PLENÁRIA DO CONSELHO ESTDUAL DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

1 Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, no auditório
2 da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST-SC), às
3 13h30min, compareceram na Plenária do Conselho Estadual dos Direitos
4 Humanos – CEDH, os seguintes conselheiros: **representantes da sociedade**
5 **civil**: Nadir Cardozo dos Santos (Central Única dos Trabalhadores – CUT); Yara
6 Maria Moreira Faria Honke e Ematuir de Souza (Conselho Regional de Psicologia
7 – CRP/SC); Erli Aparecida Camargo (Fundação Instituto Nereu Ramos – FINER);
8 Rodrigo Lima (Associação dos Deficientes Visuais de Itajaí e Região – ADVIR);
9 Cynthia Maria Pinto da Luz (Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Bráz –
10 CDH-Joinville); Jairton Fabeni (Federação Catarinense de Entidade de e para
11 Cegos – FECEC); Sidnei Pavesi (Associação dos Deficientes Visuais de Brusque
12 e Região – ADVB); **representantes governamentais**: Rosimari Koch (Secretaria
13 de Estado da Educação – SEE); Aretusa Larroyd (Secretaria de Estado da
14 Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST); Arlete Jocelina Adriano
15 (Secretaria de Estado da Saúde – SES); e Bárbara Costa (Secretária ad hoc do
16 CEDH-SC). **Justificativa de ausência**: Sra. Ledronete justificou sua ausência, a
17 qual foi aceita pelos presentes. A plenária é aberta pela presidenta do Conselho
18 Estadual dos Direitos Humanos – CEDH, Cynthia Maria Pinto da Luz, dando as
19 boas vindas a todos. Em seguida é definido o teto da reunião para às 16h30min.
20 Após, a ata da 26ª Plenária é aprovada por todos os presentes.. Dando
21 continuidade, Cynthia se refere ao Plano Estratégico de Ação, que foi sugerido na
22 última Plenária (25ª) que o CEDH criasse o próprio plano estratégico de ações, é
23 definido, então, que a mesa diretora ficará com esse encaminhamento de criação
24 do Plano Estratégico. Abordando o ponto 05 que se refere à composição e
25 funcionamento das Comissões, a conselheira Erli Camargo lê a Resolução das
26 comissões e, em seguida, foi feita a revisão de todos os integrantes das mesmas,
27 e também a dinâmica das reuniões: **1)** A comissão deverá destacar uma
28 coordenação para articulá-la; **2)** Erli se dispôs a atualizar os grupos de whatsapp
29 das comissões; **3)** Reunir-se sempre que entender possível e necessário. Na
30 impossibilidade de ser presencial, que impulse virtualmente a atividade da
31 Comissão. **Ponto 06 da pauta** que se refere à entrega da versão final do
32 **Relatório de Atividades**, Cynthia está trabalhando na conclusão do Relatório,
33 tendo solicitado aos presentes que têm fotos ou material pertinente, que envie
34 para que Bárbara possa auxiliar na edição final, estando já à disposição para a
35 próxima plenária. **Ponto 07 da pauta** que se refere à **Nota Vila Esperança**: no
36 dia 09 de maio, ficou deliberado que Yara fará um acréscimo atualizando o fato,
37 lembrando que em março de 2019, iniciou o conflito, dentro do menor prazo
38 possível, para que a Nota seja publicizada. Yara sugere que seja convidada a
39 representação do movimento para participar de reunião do CEDH de junho ou
40 julho. Uma vez acatada a sugestão, acrescenta-se que é muito importante que
41 seja incluída na pauta, sendo que Yara fará os contatos e repassará à Bárbara,
42 que, em nome do CEDH, formalizará o convite. Tão logo esteja pronta a Nota,
43 Yara enviará ao Grupo, para ser divulgada. **Ponto 08 da pauta** que se refere à
44 **Violência Policial em Santa Catarina**: diante do atual quadro de total retrocesso
45 em termos de Direitos Humanos, onde a cada dia se vê as atrocidades, ainda,
46 para aprofundar o problema, vem o Decreto presidencial, autorizando a
47 impunibilidade do policial, pela justiça comum, sem falar no Projeto anti crime do
48 Ministro Sérgio Moro, que praticamente autoriza a matar. Cynthia sugere Nota de
49 Repúdio a tudo isso, propõe seja feita ação mais contundente a respeito, com o
50 Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH-SC), a ALESC, dando
51 continuidade ao debate havido na Audiência Pública, pois a situação está indo de

52 encontro a tudo o que orienta o fazer em defesa dos direitos humanos. Yara
53 reflete acerca do contexto mais amplo, citando o Rio de Janeiro e seu atual
54 estado, constatando que a Constituição ainda não foi abolida. Sobre o assunto,
55 estar no Conselho é estar contra o atual cenário, reafirmando a importância de se
56 posicionar em favor da dignidade da pessoa humana, afirma o conselheiro
57 Rodrigo. Ematuir faz menção ao Comitê de Prevenção e Combate à Tortura,
58 convidando para atividade no próximo dia 26 de junho, que reflete a disputa de
59 narrativas em torno do tema da ditadura e da tortura. Além dos demais meses que
60 também trarão temas pertinentes ao assunto. Ficando implícito que o CRP
61 informará sobre o detalhamento das atividades mês a mês. Arlete comenta sobre
62 a truculência policial e enfatiza acerca da imperatividade que é, ter posição
63 contrária, o que é dever e missão do Conselho defender. João Carlos chama a
64 atenção para o fato de o que caracteriza o humano e como deve se colocar
65 perante as situações de violações das mais variadas que estão acontecendo.
66 Aretusa se posiciona, chamando a atenção para a forma como a imprensa se
67 manifesta e como isso vai impactando na vida das pessoas e das comunidades;
68 ressalta a importância de “linkar” os encaminhamentos da Audiência Pública e os
69 trabalhos do Comitê e do Conselho. Serão buscados os resultados da audiência,
70 para podermos dar andamento aos trabalhos. Coloca-se à disposição (SST) para
71 buscar tais dados, para dar devolutivas, acompanhamentos e encaminhamentos
72 pertinentes. Sidnei se manifesta no sentido de que o Conselheiro precisa se
73 posicionar, sim contra, chamar a população para o nosso lado, a grande mídia
74 tem se dedicado em espalhar o caos; a cartilha da ditadura está sendo implantada
75 aos poucos; as lições do nazismo estão aí e devem ser combatidas. Rodrigo
76 comenta sobre as diferentes formas que estão em prática para tornar a barbárie
77 normal e facilitar que esta se manifeste com ações nada humanas; Cynthia
78 chama a atenção para o fato de cada pessoa defensora de direitos humanos, os
79 riscos que estamos correndo; eis que na prática, está em curso a entrega do
80 Brasil aos militares; o “fazer arminha” não é brincadeira; é nosso dever, dizer que
81 isso está errado. O conselheiro Nadir destaca a importância de estarmos atentos
82 para que os espaços de reflexão-ação democráticos não sejam desqualificados,
83 eis que o Estado Democrático de Direito é valor acumulado e deve permanecer
84 sendo defendido. Ainda sobre violência policial, Aretusa complementa, chamando
85 a atenção para o feminicídio, para o incentivo à mulher, para que use sua arma,
86 enfraquece as lutas pela vida das mulheres; isso é inconcebível.
87 **Encaminhamentos:** Cynthia elabora minuta de nota e Aretusa busca informações
88 sobre resultados da Audiência Pública na ALESC, e, com Ematuir, levantará os
89 detalhes sobre as atividades que o COMITE está organizando. Sobre o
90 Feminicídio, Aretusa disponibilizará o mapa ao Conselho, para conhecimento e
91 futura atuação do Conselho acerca do tema. Num país onde a autorização para
92 matar foi formalizada de diversas formas, destruir a Lei Maria da Penha, Erli
93 sugere que seja realizado urgente um Seminário Estadual interconselhos, com o
94 Fórum de Combate à Violência contra a mulher do campo, da floresta, das águas,
95 indígenas e quilombolas, com o CEDIM-SC, sobre o tema Feminicídio, sua face
96 oculta nas famílias e explícito nas cifras oficiais, o que foi aprovado por
97 unanimidade. Aretusa conclui com o informe sobre a Jornada Estadual de debate
98 sobre o Pacto de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, nas regiões, de
99 modo a dar visibilidade e criar condições para que se efetive a política de
100 prevenção e minimização do problema grave que está posto no Brasil e em SC. O
101 posicionamento que está vindo de cima, como o presidente age e fala, como a
102 Ministra se manifesta, como o desembargador se posicionou sobre as mulheres,
103 entre outras barbaridades, diante de tudo isso, a conselheira Erli lança o desafio
104 aos conselheiros homens, de formarem uma COMISSÃO ESPECIAL DE
105 COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A MULHER, dentro do CEDH-SC, o que foi
106 aceito e aprovado por unanimidade pelos conselheiros e conselheiras de Direitos

107 Humanos presentes na data de 09 de maio de 2019. Fica, com isso, também
108 aprovada a pauta Femicídio para a próxima plenária de junho. **Ponto 09 da**
109 **pauta** que se refere à **Reforma Administrativa/Coordenadoria da Mulher e**
110 **outras políticas públicas**, com a palavra a conselheira Aretusa, que relata o
111 seguinte: na SST as Coordenadorias de direitos vinculadas ao gabinete da
112 secretária, com a proposta da reforma irão tornar-se Gerências vinculadas a
113 Diretoria de Direitos Humanos – DIDH e contemplarão quatro novas políticas,
114 ficando da seguinte maneira: Idoso + pessoas com deficiência; Igualdade racial +
115 imigrantes; juventude + infância e adolescência; mulher + direitos humanos que
116 abrangerá o público LGBT; com a reforma o gabinete juntamente com a DIDH
117 poderão fazer um plano para fortalecer todas as políticas de uma forma mais
118 estruturada e com condições para trabalhar de forma unificada, lembrando que no
119 Estado de SC não temos um plano estadual de políticas para as mulheres. Rose
120 considera que a DIDH ficaria como um guarda-chuva para as gerências e que em
121 sua opinião onde ficará a política LGBT deveria considerar na nomenclatura a
122 diversidade de forma que fique mais específica, Aretusa, informa ainda que os
123 conselhos de direitos humanos e da juventude passarão a ter secretária
124 executiva. **Ponto 10 da pauta** que se refere ao **Fechamento dos Conselhos**: a
125 conselheira presidenta do CEDH-SC, Cynthia, informa que há uma nota pública
126 do Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH sobre extinção de conselhos,
127 comitês e comissões através de Decreto Federal 9.759/2019 e solicita permissão
128 ao CEDH estar apoiando a nota, a subscrever como conselho estadual, o que foi
129 aprovado por unanimidade. **Ponto 11 da pauta** que trata dos **Informes**: Cynthia
130 informa que foi recebida por e-mail uma solicitação da comunidade São Roque,
131 município de Abdon Batista-SC, para que seja feita uma visita e seja verificado a
132 situação de um acampamento em um canteiro de obras da hidrelétrica Rio
133 Canoas, onde estão acampadas 50 famílias, há seis anos, sem indenização,
134 pertencentes aos municípios de Vargem, Abdon Batista e São José do Cerrito. A
135 conselheira Erli Camargo, à época coordenadora estadual e conselheira nacional
136 do MNDH-SC, informou que esteve a par da situação, tendo participado de
137 audiência pública em Cerro Negro e, mais adiante, quando da vinda a SC, de uma
138 Comissão interdisciplinar de Brasília, incluindo MPF, SDH/PR, CNDH, entre
139 outros, para tratar especialmente deste acontecimento, acompanhou-a,
140 representando o MNDH-SC, o qual foi convidado a participar das visitas e das
141 reuniões havidas, sabendo informar que houve relatórios e encaminhamentos,
142 mas que, até agora, o problema persiste. Cynthia informa que irá responder o e-
143 mail e fazer uma consulta ao MAB e justificar a não ida até a comunidade já que
144 não há recursos para tal finalidade, prestaremos solidariedade e enviaremos
145 ofícios as autoridades cabíveis. Cynthia informa ainda que o CEDH recebeu um
146 ofício que solicita comparecimento a Audiência Pública via webconferência em
147 Joaçaba, referente à ocupação da Invernada dos Negros, no município de
148 Campos Novos, que estão em uma situação de reintegração de posse, e Cynthia
149 estará participando da referida Audiência. Nada mais havendo a tratar, a
150 conselheira Cynthia finaliza a plenária e agradece a participação de todos; e eu,
151 Bárbara Costa, lavrei a presente ata, a qual, após lida e aprovada, será
152 devidamente publicada no portal da SST-SC.